

DIVERSIDADE DE TRAJETÓRIAS ESCOLARES NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM CURSOS DE PRESTÍGIO

DIVERSITY OF SCHOOL TRAJECTORIES IN HIGHER EDUCATION: THE CASE OF PUBLIC-SCHOOL STUDENTS IN PRESTIGE COURSES

DIVERSIDAD DE TRAYECTORIAS ESCOLARES EN EDUCACIÓN SUPERIOR: EL CASO DE ESTUDIANTES DE ESCUELAS PÚBLICAS EN CURSOS DE PRESTIGIO

Jorge Morgan de Aguiar Neto¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é conhecer a trajetória de estudantes de média e baixa renda com êxito escolar na escola pública, contribuindo para a explicação do fenômeno no contexto da formação superior. Partimos do pressuposto de que os estudantes de origem popular, oriundos do ensino fundamental e médio público, com defasagem de capitais (cultural, econômico, social e político), são considerados de exceção quando, superando as dificuldades de sua classe de origem, recorrentes em um país marcado por enormes disparidades socioeconômicas e culturais e, por conseguinte, grandes desigualdades de oportunidades educacionais, acessam o ensino superior. Essa questão é investigada através de uma pesquisa qualitativa apoiada na coleta de dados acerca das experiências dos estudantes a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação de campo, que evidenciam os elementos sociais e culturais que agem na formação de suas disposições. Observa-se que as disposições e as socializações desses jovens são dinâmicas, resultando em uma diversidade de trajetórias escolares, cujos pontos de aproximação estão ancorados no investimento familiar e em seu capital subjetivo.

Palavras-chave: Estudantes de origem popular. Disposições. Ensino Superior. Sucesso escolar.

Abstract: The objective of this work is to know the trajectory of successful middle- and low-income students in public schools, contributing to the explanation of the phenomenon in the context of higher education. This work is based on the premise that public school students are considered an exception when they have higher education. Despite cultural, economic, social and political deficits and great inequality of educational opportunities, those students manage to overcome recurrent and common difficulties related to their origins and to their country

¹ Doutor em Ciências Sociais (PUCRS), mestre em Ciências da Educação (Université de Paris Ouest Nanterre) e Sociologia (UFRGS) e bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia (UnB). A atuação docente e científica se concentra nas seguintes áreas: sociologia da educação, sociologia urbana, sociologia e antropologia aplicada à saúde, antropologia cultural e política. E-mail: jmorganrs@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6936-3366>.

with socioeconomic and cultural gap. This issue has been investigated through a qualitative research based on data about those students' experiences. Thus, semi-structured interviews and field observation were carried out, aiming at giving a close look at social and cultural elements that influence those students' dispositions. It is observed that the dispositions and socializations of these young people are dynamic, resulting in a diversity of school trajectories, whose points of approach are anchored in family investment and in their subjective capital.

Keywords: Public school students. Dispositions. Higher Education. Educational attainment.

Resumen: El objetivo de este trabajo es conocer la trayectoria de estudiantes exitosos de ingresos medios y bajos en las escuelas públicas, contribuyendo a la explicación del fenómeno en el contexto de la educación superior. Partimos del supuesto de que los estudiantes de origen popular, provenientes de bachillerato público, con una brecha de capital (cultural, económica, social y política), son considerados excepcionales cuando, superando las dificultades de su clase de origen, se repiten en un país, marcado por enormes disparidades socioeconómicas y culturales y, por lo tanto, grandes desigualdades en las oportunidades educativas, el acceso a la educación superior. Este tema se investiga a través de una investigación cualitativa sustentada en la recolección de datos sobre las experiencias de los estudiantes mediante la aplicación de entrevistas semiestructuradas y observación de campo, que resalta los elementos sociales y culturales que actúan en la formación de sus disposiciones. Se observa que las disposiciones y socializaciones de estos jóvenes son dinámicas, resultando en una diversidad de trayectorias escolares, cuyos enfoques están anclados en la inversión familiar y en su capital subjetivo.

Palabras-clave: Estudiantes de origen popular. Provisiones. Enseñanza Superior. Éxito escolar.

Introdução

O Brasil, nas últimas duas décadas, vivenciou uma profunda transformação no que diz respeito à distribuição das oportunidades educacionais em razão, entre outras medidas, da expansão e do aumento de vagas no ensino superior. O período de 2004 a 2017 configura um momento de investimento no campo dos direitos e da educação, o que se traduziu, entre outros aspectos, pela diversificação das trajetórias escolares dentro do sistema educacional e por um equilíbrio entre as classes sociais no ambiente escolar. Nesse contexto, destacamos os jovens oriundos integralmente da escola pública que se encaminharam para as universidades e os cursos com as maiores notas de corte, de acordo com os critérios utilizados pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU)².

² Fonte: Blog do Enem. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/notas-de-corte-do-sisu/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Apesar da estrutura educacional brasileira ter sido ampliada durante os governos progressistas e democráticos, perduram no país contrastes gritantes nesta e em outras áreas consideradas vitais, que colocam a nação na berlinda quanto à universalização dos direitos sociais e o combate das desigualdades (BARROS, 2015; RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015). Esse problema, de um lado, é potencializado pelas próprias características do sistema educacional nacional: com uma divisão, de longa data, entre instituições públicas (gratuitas) e privadas (pagas) que repercute nas trajetórias escolares dos alunos de baixa renda (BATISTA, 2016). De outro lado, a política ultraliberal praticada pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-), que ao cortar recursos e investimentos da educação, precariza as instituições e centros de ciência e tecnologia de maneira geral e atenta contra a autonomia das universidades federais, o que não acontecia desde o fim da ditadura militar brasileira (1964 -1985).

Engessada, a educação ao invés de promover a equidade freia a mobilidade humana e a equalização das oportunidades no país, sobretudo para a população jovem e desfavorecida. Nesse sentido, a compreensão dessas trajetórias nos permite problematizar um período relevante, de muitos contrastes políticos e sociais. Trata-se de um momento histórico em que presenciamos, sucessivamente, a ampliação e a distribuição das oportunidades e chances educacionais, com aumento da diversidade estudantil e, bruscamente, a interrupção dessas mudanças, vista, por exemplo, nos cortes de recursos e programas destinados à promoção educacional.

Para fazer esse debate, iniciamos o artigo apresentando um panorama cronológico da expansão da educação superior brasileira nas duas últimas décadas, em que problematizamos as variáveis socioeconômicas envolvidas no fenômeno do sucesso escolar. Em seguida, discutimos a interpretação teórica do estudante de baixa e média renda no ensino superior a partir de uma perspectiva contemporânea – a sociologia disposicionalista de Bernard Lahire. Na terceira parte, apresentamos a metodologia aplicada e os contornos culturais do objeto pesquisado. Em um quarto momento, fazemos nossas considerações, com base em quadros sinóticos, acerca de suas trajetórias, onde detalhamos suas socializações e disposições. A intenção é apresentar um quadro ilustrativo que ressalta a pluralidade dos sujeitos investigados e, ao mesmo tempo, identificar o que os aproxima na passagem da escola pública para a universidade.

Expansão e declínio da educação superior brasileira

O crescimento do campo educacional e o perfil socioeconômico do estudante universitário

O período de expansão da educação ocorrido no Brasil entre 2004 e 2017 marca um projeto governamental progressista sustentado pelo aumento da distribuição das oportunidades e pela diversificação das estruturas educacionais e dos estudantes universitários. Esse período, diz respeito a um momento de transição em que o país começava a atingir um equilíbrio entre as taxas de saída do ensino médio e as taxas de entrada no sistema universitário, que beneficiava, em grande parte, os grupos sociais desfavorecidos (CASEIRO, 2016). Em relação à diminuição das desigualdades escolares no período citado, o Brasil conseguiu avançar na distribuição das oportunidades educacionais, sociais e culturais de forma bastante rápida ao aumentar a participação das classes populares no sistema educativo (CARVALHO; WALTENBERG, 2015; CASTRO; JUNIOR, 2016; SALATA, 2018). Os efeitos positivos dessa expansão são vistos, de maneira geral, no aumento da diversificação sociocultural em ambiente universitário e, mais precisamente, no crescimento do número das matrículas (presenciais) nos cursos de graduação, que saltaram, de 4,2 milhões, em 2004, para 7,8 milhões, em 2014 (BRASIL, MEC/INEP, 2018).

Corbucci (2014) confirma o aumento das chances educacionais, chamando a atenção para o fato de que os jovens que saíram do ensino médio a partir de 2004 optaram, na sua maioria, pelas universidades e pelos cursos de prestígio, momento em que a faixa de frequência líquida entre os jovens dos 18 aos 24 anos dobrou, indo de 7,4% (2000) para 14% (2010). Dessa maneira, a expansão vigorosa do sistema de educação brasileiro está ancorada, de acordo com o autor, na participação ativa do *setor privado*, quando, a partir de 2008, obtém 75% da participação no total das matrículas presenciais (*op. cit.*). Houve, portanto, uma espécie de “terceirização” por parte dos governos progressistas relativa à responsabilidade com a Educação. Porém, é preciso frisar que, se nesses governos essa terceirização acontecia de forma comedida e disfarçada, na atualidade ela se escancara, com o atual Ministro da Educação representando interesses de grupos internacionais que controlam instituições de ensino superior privado.

Apesar de tudo, o Censo da Educação Superior de 2016 (BRASIL, INEP/MEC, 2016), indica que os dados acumulados do crescimento educacional podem ser considerados

promissores, pois o Brasil chegara em 2016 à marca histórica de 8.048.701 de estudantes matriculados, sendo que dos quase três milhões de estudantes que ingressaram nesse ano nos cursos de graduação, 53,7% mantiveram a opção de fazê-lo em universidades (públicas e privadas), contra 17,6% matriculados em centros universitários e 26,7% em faculdades. Ressalta-se, nesse contexto de expansão universitária, que a rede federal é a que mais cresceu em relação as Instituições de Ensino Superior (IES), com um aumento de 105,8% das matrículas realizadas entre 2006 e 2016.

A respeito da estabilização dos níveis de ingresso e da mudança das características econômicas dos ingressantes, a Pesquisa Nacional do Perfil socioeconômico e cultural dos graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL, INEP/MEC, 2018), indicava aumento no número das matrículas presenciais, sobretudo, no setor privado. Nesse ano, dos 3,2 milhões de estudantes que ingressaram na(s) universidade(s), 81,7% o fizeram em instituição pagas. A pesquisa mostra ainda que, em relação à renda familiar, a maioria relativa dos discentes universitários concentra-se em 2010, 2014 e 2018 na faixa de renda de “mais de 1 a 2 Salário-Mínimo (SM)”, respectivamente 18,1%, 23,4% e 23,55, variando de acordo com a região do país. Na região Sul/Sudeste, por exemplo, essa relação é de aproximadamente de 2 em cada 10 estudantes, respectivamente 18,3% da população total.

A categoria de 1 até meio SM não pôde ser conferida em sua totalidade por conta de erros nos questionários utilizados pelo Censo. Em números absolutos, encontramos, em 2018, cerca de 319.342 estudantes nessa faixa de renda per capita, um crescimento observado em todas as regiões do país. No entanto, esse dado se torna ainda mais revelador quando conferimos o percentual comparativo de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita de “até 1 e meio SM” entrando no ensino superior público, que salta de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica.

Quanto à sua identidade étnico-racial, conforme o *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação do ensino superior* realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), os estudantes declaram-se: 43% brancos, 39,2% pardos, 12% pretos, 2,1% amarelos, 0,9% indígenas e 2,5% não informaram. Do universo estudantil que optou pelo ensino público, os estudantes negros, ou seja, pretos e pardos, constituem, desde 2017, a maioria do corpo discente das instituições federais, consideradas em sua totalidade, chegando ao final de 2018 a 51,2% das matrículas nacionais. A pesquisa ANDIFES revela ainda que a maior parte dos novos estudantes cotistas (ou de menor renda) inscritos na universidade pública advém de famílias que não possuem

experiência educacional de nível superior, sendo que 62,7% das mães e 66,2% dos pais não passaram do ensino básico, mantendo-se, em grande medida, com empregos de qualificação manual ou da área de serviços em razão de seu fraco capital cultural.

A interrupção da expansão educacional e a ascensão da extrema-direita no Brasil

As políticas públicas e programas de inclusão e democratização da educação desenvolvidos nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) (OLIVEIRA, 2009) e de Dilma Rousseff (2012-2016) (BASTOS, 2017) tornaram-se, nesse contexto, cruciais para a inclusão das classes de baixa e média renda no sistema da educação superior. Durante esses governos, temos implementada a estruturação do Sistema de Seleção Unificado (SISU), do Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal (Reuni) e do Sistema de Reservas de Cotas (lei nº 12711/2012), que garantiu 50% das vagas da rede federal para alunos oriundos integralmente do ensino médio público³. Além disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) permitiram às universidades pagas crescer de forma avassaladora em relação ao volume das matrículas com a entrada de novos estudantes e abertura de novos cursos e *campi*⁴.

Esse cenário de expansão da educação superior cessa, no entanto, radicalmente com o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), quando o orçamento federal destinado ao ensino superior decai a partir da gestão neoliberal de Michel Temer (2017-2018), agravando-se com as ações extremistas e negacionistas de seu sucessor, Jair Bolsonaro (2019-). O Decreto nº 9.741/19 expedido pelo atual presidente é emblemático: em seu primeiro ano o governo impõe um corte de 29 bilhões dos gastos do orçamento que seriam destinados à educação pública, com 30% de redução previstos para os institutos e universidades federais. Nessa ação o governo federal faz uma retirada bruta de 2,5 bilhões de seu orçamento em 2019/2020 do campo da educação superior, um valor substancial para a manutenção da pasta⁵. Assim, ao aplicar cortes significativos nos programas e nos projetos científicos e tecnológicos tidos como “chaves” para o desenvolvimento nacional, a política do governo Bolsonaro para a

³ Fonte: Censo da Educação Superior 2017, INEP/MEC, set. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁴ *ibid.*

⁵ Fonte: Câmara Federal 2019, Decreto 9741/19. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554580-governo-decide-bloquear-quase-r-35-bi-em-despesas-do-orcamento-de-2019>. Acesso em: 30 mar. 2019.

educação cria um “apagão científico” (STANLEY, 2018), diminuindo e limitando as chances futuras dos grupos de baixa e média renda de entrar ou se manter na educação básica e superior.

Diante dessas mudanças, se é possível afirmar que durante a expansão educacional, ocorrida entre 2004 e 2017, tanto o ensino público como o ensino privado universitário cresceram do ponto de vista das matrículas, com uma maior distribuição das oportunidades (cotas, bolsas etc.) e diversificação dos grupos e trajetórias escolares, faltam dados e outros tipos de informação para uma avaliação mais precisa quanto à real democratização e inclusão das classes de baixa e média renda nos cursos com as maiores notas de corte. Isso porque a expansão educacional brasileira não foi acompanhada de um ajuste nas condições de igualdade tanto para a disputa de entrada nas universidades quanto para a permanência desses jovens nas formações mais desejadas ou mais disputadas. Além disso, há carência de análises que avaliem o impacto para o estudante que sai do ensino público precarizado e acessa a universidade, onde as diferenças de escolaridade entre as famílias prevalece, como consequência das desigualdades sociais, culturais e educacionais que caracterizam a formação do país.

O debate contemporâneo sobre o acesso ao ensino superior pelas classes de baixa renda

Entender como as políticas de redução das desigualdades educacionais são pensadas e colocadas em prática nos governos neoliberais nos ajuda, segundo Lahire (2019), a transpor uma “fronteira invisível”, cujo principal objetivo tem sido separar as classes ricas das classes pobres. Essas políticas, por serem fundadas em um sistema compensatório, acabam (re)produzindo ações “assistencialistas” que, ao invés de equalizar e garantir direitos, dividem os indivíduos em categorias e grupos de classe de acordo com os seus capitais – uma realidade que é naturalizada –, e que os dados estatísticos não conseguem esconder. Para Lahire (*op cit.*), é mantendo essa fronteira que o sistema neoliberal põe em marcha uma proposta educacional na qual a educação é pensada como um bem que é acessível para uns e não para outros, e que no contexto contemporâneo marca a diferenciação e a mobilidade das classes sociais no ambiente escolar.

Dessa maneira, o que determina o fracasso das políticas de reversão de distribuição das oportunidades educacionais neoliberais, é que essa “fronteira invisível” é mantida pelas próprias ações criadas para derrubá-la, tornando-se, conseqüentemente trágica para as nações

e para os desfavorecidos. Nesse tipo de sociedade, os grupos e as classes de origem mais vulneráveis, ao invés de serem protegidos, são diretamente atingidos pelas políticas e programas de proteção; como a divisão social se aprofunda em razão de seu fraco capital, essas pessoas são marginalizadas e exploradas continuamente. Por isso, essa diferenciação socioeconômica e cultural precisa ser levada em conta na pesquisa social, na medida em que é a confirmação da negação da diversidade e que tem início no período da infância, na escola.

Lahire (2019) busca com a sua teoria uma mudança no modo como o pesquisador deve se aproximar e interpretar esse “outro”, sugerindo aos sociólogos testar diferentes metodologias para explicar os casos improváveis, ou seja, aqueles que fogem às inferências estatísticas. Isso se faz necessário na medida em que estamos presenciando, no século XXI, o enfraquecimento dos determinismos familiares em favor das influências dos pares e a impossibilidade de reversão da distribuição das oportunidades educacionais em países que adotaram o pensamento neoliberal (*op. cit.*). Desse modo, para entender as sutilezas e dinâmicas que envolvem as socializações e que ditam as disposições e a composição dos estudantes, o autor propõe estudá-los a partir de uma microsociologia, ou mais precisamente de uma abordagem metodológica sensível às lógicas socializadoras existentes, seja na maneira como se expressam através da escrita, seja nos comportamentos dentro dos ambientes em que circulam, seja ainda nos traços e detalhes de suas trajetórias e representações escolares.

A teoria do “homem plural”, concebida por Lahire (1997, 2002), sugere, na contramão de uma homogeneização das classes, uma variação de tipos de estudantes que alcançam o êxito escolar e que podem ser encontrados dentro de um mesmo grupo ou classe de origem. Para entender essa diversidade e seus diferentes “encaixes”, o autor acompanha o funcionamento das disposições estudantis, afinal, para ele as ações dos sujeitos dentro do âmbito escolar tendem a apontar sempre para as marcas deixadas pela socialização, o *habitus*. De acordo com Lahire, o pesquisador precisa, nesses casos, entender que o condicionamento social do indivíduo é fundamental para o desenvolvimento do processo disposicional, tendo em vista que é esse condicionamento que influencia a aprendizagem e a postura do estudante no ambiente escolar. Por isso, a aquisição das competências linguísticas e os códigos culturais assimilados na infância tornam-se pontos centrais da abordagem disposicionalista.

Para conhecer o estudante de sucesso escolar de baixa e média renda em instituições universitárias brasileiras: do contexto público ao privado

Na tentativa de conhecer as trajetórias escolares desses estudantes de baixa e média renda oriundos da escola pública, optamos pela pesquisa qualitativa com o uso de formulário e da entrevista semiestruturada. O estudo se restringiu a duas universidades do Rio Grande do Sul, cujas instituições de ensino foram destacadas pelo Censo da Educação Superior de 2017-2018, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição pública, situada na capital, e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), uma instituição comunitária, situada no interior do Estado⁶.

Para a seleção dos participantes da enquete, determinamos os seguintes requisitos: i. ser oriundo do ensino fundamental e médio público; ii. estar matriculado em um dos cursos de alta concorrência no contexto da instituição, o que, no período investigado, podia chegar a mais de 70 candidatos por vaga – como no vestibular para Medicina da UFRGS –, ou a, no mínimo, 10 candidatos por vaga, nos demais cursos; iii. não ter sido reprovado em nenhuma disciplina e estar cumprindo os créditos exigidos, e, se possível, ser bolsista de Iniciação Científica ou projeto de Extensão, monitor de disciplina, estagiário etc.

O material de análise – nosso *corpus* documental – é composto, portanto, por informações coletadas através de um formulário e, posteriormente, de entrevistas orais, organizadas com a ajuda do *software* NVivo11. Dessa maneira, agrupamos as respostas das entrevistas de acordo com seu conteúdo, cruzando-as com as informações fornecidas por escrito no formulário. Com isso, elaboramos dois diferentes modelos de interpretação dos dados: uma leitura linear das respostas obtidas de cada participante – ilustrada nos quadros sinóticos que apresentaremos – e uma leitura por tópico, ou seja, temática, que reúne a transcrição das falas dos participantes a respeito de temas, tais como: o ensino fundamental, o ensino médio, sua composição familiar, influências, estratégias escolares, entre outras, que foram analisadas e tratadas a partir de seu conteúdo (AGUIAR NETO, 2019a).

⁶ A UNISC é uma instituição comunitária que, embora tenha mensalidades pagas pelos estudantes (sua principal fonte de receita), se difere de uma universidade privada, pois não visa lucro, tendo uma gestão baseada em princípios autogestionários, cumprindo a Lei que define as finalidades das instituições comunitárias – Lei nº 12.881 de 12 de novembro de 2013.

Dados e análise

A diversidade familiar dos informantes: os aspectos externos

O projeto aprovado pelo Comitê de Ética parte de uma amostra não probabilística (tipo “bola de neve” onde um entrevistado indica sucessivamente um outro entrevistado) composta por 50% (7) de estudantes da UFRGS (pública) e 50% (7) de estudantes da UNISC (comunitária). O grupo é formado por (8) mulheres e (6) homens, na faixa etária dos 18 aos 24 anos e em etapas diferentes da formação universitária. Para proteger a identidades dos estudantes os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios. A maior parte deles é beneficiária de algum tipo de programa educacional, seja para o ensino público federal, com bolsas de iniciação científica ou benefícios PRAE (bolsas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), seja para o ensino privado, com o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), ou de programas específicos financiados pelo Ministério da Educação (MEC) e destinados as universidades comunitárias⁷. Os entrevistados da UFRGS declararam-se todos cotistas; na universidade comunitária (UNISC), por sua vez, encontramos um número menor de cotistas e a quase ausência de bolsistas de iniciação científica dentre os estudantes entrevistados. A maior parte deles se dedicaram um ou dois anos à preparação para o concurso vestibular através da realização de cursinho, uma situação que se revelou normal para o estudante que sai do ensino público e que quer se encaminhar para os cursos mais concorridos e prestigiados e que, na verdade, não difere muito da situação de jovens oriundos do ensino médio privado.

Em relação à etnia, os estudantes brancos são a maior parte dos respondentes (11), seguidos pelos estudantes negros (3); não tivemos ocorrências ou identificação de estudantes índios ou indivíduos orientais de baixa renda na pesquisa. Os dados levantados apontam, mesmo que indireta e mais sutilmente, para a existência de privilégio(s) e subdivisões de classe e poder aquisitivo entre os nossos entrevistados, tendo em vista as diferenças de composição e a disparidade de renda familiar encontradas na amostra. Dessa forma, temos famílias com menos de 2 salários-mínimos (SM) até famílias com mais de 5 SM, mas que se encaixam no perfil solicitado, ou seja, estudantes que cursaram o ensino público do

⁷ A UNISC possui um programa específico de bolsas de iniciação científica (PUIC), sendo contemplada com bolsas da FAPERGS e do CNPQ. Considerando as bolsas e os programas de financiamento, cerca de 70% dos estudantes da instituição recebem algum tipo de subsídio escolar.

fundamental até o ensino médio e que estão matriculados nos cursos com as maiores notas de corte, como a Medicina, o Direito, a Biomedicina, a Psicologia, a Enfermagem, a Engenharia da Computação, entre outros.

Em relação à formação escolar do progenitor (pai), observamos que nenhum deles alcança o ensino superior. Os pais desses estudantes ocupam profissões técnicas de, no máximo, nível médio ou profissões baseadas em suas habilidades manuais (motorista, marceneiro, encanador, agricultor), confirmando-se uma assertiva em relação à sua situação social e profissional: pais com menor escolaridade ocupam profissões de menor renda e qualificação. As mães desses estudantes, por sua vez, apresentam profissões como chefe de cozinha, empregos de renda média (técnicos) ou, no máximo, em um dos casos com curso superior, como professora do ensino fundamental. Por isso, o universo familiar dos estudantes selecionados aponta para uma heterogeneidade de lares, com uma gradação bem diferenciada entre uma ponta e outra.

Percebemos também que, em relação à organização dessas famílias, encontramos, de um lado, pais que investem mais recursos financeiros e que nem sempre se fazem presentes no acompanhamento escolar dos filhos, com falta de incentivo e estímulos; de outro lado, temos famílias com menos recursos, mas que incentivam e criam as condições ideais para a vivência cultural e escolar dos membros mais jovens da família. Essas famílias podem ser divididas de acordo com os seus capitais (social, econômico e cultural): i. pais/mães com maior renda que cobram êxito escolar dos filhos, investindo desde a infância recursos para sua especialização; ii. pais/mães com renda média que cobram sucesso dos filhos, mas fazem isso de uma forma mais sutil, dando-lhes maior autonomia, por achar que a responsabilidade pela longevidade escolar é do estudante; por último, iii. pais/mães com renda mínima e pouco capital cultural que, diferentemente do que se pensa, prestigiam e investem nos filhos, cobrando deles êxito escolar desde o ensino fundamental (infância) até o ensino médio (adolescência), são as chamadas famílias *educógenas* identificadas por Silva (1999).

Não seria exagero dizer, portanto, que o aumento das oportunidades escolares produziu um encontro de classes socioeconômicas e culturais muito desiguais. Entendemos assim que esse fenômeno reflete um momento de transição, que, em função de suas contradições e de seus desafios, deve ser tratado como um problema *sensível*⁸ (do francês *terrain sensible*) (BOUILLON, 2006; VULBEAU, 2007), conceito ainda pouco difundido no Brasil, mas que abarca tanto temáticas associadas a grupos humanos, instâncias ou lugares de

⁸ Para um debate mais aprofundado desse posicionamento, ver Aguiar Neto (2019b).

vulnerabilidade, exclusão e sofrimento, quanto a maneira de abordar tais temáticas, que exige um olhar sensível e um engajamento por parte do pesquisador.

Os quadros sinópticos dos estudantes de sucesso escolar: os aspectos internos

Para ilustrar as disposições que contextualizam as trajetórias de sucesso escolar, destacamos quatro relatos que denominamos de *quadros sinópticos*. Esse material não deriva das entrevistas, mas dos comentários dos estudantes nos formulários, que foram acompanhados por vezes de pequenas anotações do pesquisador, constituindo, portanto, um autorretrato desses estudantes (com posições pessoais, estratégias, disposições, anseios, interpretações da saída do ensino médio até a admissão na universidade etc.) (AGUIAR NETO, 2020). Assim, parece que as socializações, das quais derivam suas disposições, dependem do peso da herança familiar, e que nos casos dos estudantes mais pobres só são alcançadas graças a seu capital subjetivo.

A partir do relato de dois estudantes da UFRGS, que se equiparam socioeconomicamente (menos de 2SM), e de dois estudantes da UNISC (mais de 5SM), que têm origens diferentes e composição familiar similar, é possível perceber como se aproximam e se distanciam sob vários aspectos.

Os estudantes da UFRGS

João, 18 anos, negro, estudante de Medicina da UFRGS. Família grande, mãe presente e pai desconhecido, vive com a avó; renda familiar de 1 a 2 SM; não trabalha; concluiu o ensino médio em 2017 e ingressou na universidade pública pelo sistema de cotas raciais em 2018; não é estagiário nem bolsista de IC, mas está envolvido com o movimento estudantil.

“[...] Vivo com a minha mãe, minha avó, minha irmã de quatro anos e um tio [...]. Fui criado mais pela minha avó, o meu pai até hoje não conheço ele [...]. [...] Do ensino fundamental eu tenho muitas lembranças boas [...]. Obviamente que passei por coisas negativas na escola, como, por exemplo, *bullying* [...], pois sou homossexual [...]. [...] Meu Ensino Médio eu fiz fora da Restinga, o bairro onde moro[...]; me considero diferente porque tive a oportunidade de fazer estágio no setor público e ter acesso à diversidade cultural. Sempre busquei lidar com as diferenças sociais, e o colégio me ajudou muito nisso [...]. No ensino médio, a maioria das pessoas com quem convivi eram negras, pobres e com família atrapalhada [...]. [...] Na verdade, gosto de estudar porque sempre tive muito incentivo [...], [...] muitos materiais escolares à minha disposição quando era criança, muitos livros e muita liberdade para explorar as coisas [...], a minha avó, a minha mãe e meu tio sempre tiveram esse cuidado, de cobrar que eu tivesse boas notas. [...] Para entrar no curso, eu me preparei durante todo o terceiro ano do ensino médio, foi quando eu mais estudei [...]. [...] por isso, me considero mais bem-sucedido como pessoa, por defender os meus valores e fazer o que gosto. [...], aqui dentro na medicina, observo que ao invés de termos igualdade como na escola, vivemos muitos abusos, com professores grosseiros que nos cobram estudo e estudo. [...] Sim, o ambiente do curso é difícil para quem é cotista racial, aqui é difícil fazer e ter amigos, mas acredito que temos que conviver com as diferenças.”

José, 21 anos, branco, estudante de Engenharia da Computação da UFRGS. Família composta de mãe com 2 filhos e pai ou padrasto ausentes; renda familiar de 1 a 2 SM; exerce atividades remuneradas ocasionalmente; concluiu o ensino médio em 2017 e ingressou na universidade pública em 2018; é estagiário em uma agência de informática.

“[...] A minha mãe é diarista, ela trabalha muito e ainda está estudando para entrar na universidade [...]. Não conheço a maioria dos meus parentes. [...]. A minha mãe sempre me cobrou notas, impunha que eu estudasse em casa, que fizesse os exercícios e as tarefas diárias [...]. Ela sempre foi muito presente, mas não me deixei influenciar por ela [...]. Eu nunca fui fã de estudo, mesmo tirando as melhores notas e indo bem na escola. Não tinha prazer com isso, pois as escolas onde estudei não se importavam se o aluno ia bem ou não. [...]. Durante o ensino médio, eu fiz junto o técnico em Informática pelo SENAI. [...] foi através do curso técnico que eu percebi que havia um mercado para ser explorado e para ganhar dinheiro. Para entrar na universidade, eu estudei por conta própria, assim o que não aprendi na escola eu busquei em *sites*, vídeos-aula, provas antigas. [...]. [...] nos meus horizontes não está a pesquisa nem a dedicação ao ensino como professor. Eu busco mesmo é novas perspectivas, novas possibilidades de trabalho [...]. [...] eu preciso do trabalho para sobreviver. [...] eu trabalho mais de 20 horas por semana, pago metade das contas em casa, ajudo a cuidar do meu irmão mais novo e isso tudo está pesando muito na minha cabeça. Eu ainda não reprovei em nada, mas a qualquer momento posso entrar em restrição de crédito e ter que atrasar os meus planos. [...] Muitos dos colegas que entraram junto comigo e eram do ensino público já ficaram para trás ou desistiram de estudar e isso ainda não aconteceu comigo.”

Vemos que, embora os estudantes da UFRGS se assemelhem quanto à origem familiar – família monoparental, pai ausente, renda baixa etc. –, eles se distinguem ao longo de sua infância e na maneira de significar sua formação familiar, escolar e universitária.

João demonstra ter uma relação de afeto com a instituição escolar, período da infância marcado pelo acompanhamento e investimento da avó, bem como do incentivo dos professores, que influenciaram sua estratégia e chegada à universidade. A relação com a instituição e a formação universitária é, talvez em razão de sua vivência pregressa, de autoconfiança, apesar das dificuldades relacionais enfrentadas e das lacunas não resolvidas no período do ensino fundamental e médio. Mostra-se mais inclinado ao reconhecimento pessoal, não explicitando muita preocupação com o trabalho em si, esse pensado somente como uma consequência de sua profissão.

José, por sua vez, demonstra bastante ceticismo em relação tanto à instituição escolar quanto à universitária, mas vendo nessas instituições um meio de atingir os seus interesses de curto prazo: um trabalho qualificado e, provavelmente, oportunidade para sair de casa. A presença autoritária da mãe, exigindo o bom desempenho escolar do filho, parece não ter ajudado o estudante a estabelecer com o ensino e o ato de aprender uma relação de prazer: a escola para ele é uma obrigação; a universidade, um trampolim para o trabalho remunerado, não propriamente para uma profissão, que o estudante, mesmo se sentindo bem-sucedido, por ser aluno de um curso de destaque, tampouco parece valorizar. Desse modo, a postura de João é de valorização e gratidão diante da cobrança familiar. A postura de José é de ressentimento

diante da cobrança familiar. O significado que eles atribuem a essa vivência parece ser o grande elemento diferenciador.

Percebe-se que no seio dessa classe de origem (de estudantes de renda baixa), a vida dos jovens varia de acordo com sua posição no interior da família – sua função – e a relação com familiares mais próximos (mais ou menos autoritários, mais ou menos afetivos etc.). Apesar da diferença das lógicas familiares, são grupos com fraco capital econômico, mas que se mostram atentos à educação e à mobilidade social dos filhos.

Os estudantes da UNISC

Liz, 23 anos, branca, estudante de Medicina da UNISC. Família grande, com pai e mãe presentes; renda familiar de 4 a 5 SM; divide a moradia com colegas (república); não trabalha; concluiu o ensino médio em 2016 e ingressou na universidade paga, pelo sistema de cotas (ENEM), em 2018; não é estagiária nem bolsista de IC.

“[...] A minha família é formada de pequenos agricultores, [...]. O meu pai desde muito cedo cobrou estudo e dedicação total, nossa vida é muito humilde e ele espera que com o estudo a gente possa progredir. [...] Da família só a minha tia por parte de mãe teve a experiência de estudar e se formar numa universidade. [...] A minha escola era bem precária, eu demorava umas duas horas dentro do ônibus escolar rural para chegar. Os meus pais exigiam que os filhos, mesmo sofrendo, estudassem para não serem agricultores, eles queriam todos os filhos formados e com profissão. No colégio, eu estudei em um Instituto Federal, tive aulas num *campus* rural, longe de casa; [...]. Eu sempre fui uma boa aluna: no ensino médio, eu lembro que me destacava em Matemática – é que meu pai exigia que a gente em casa soubesse fazer conta, [...]. [...] Para seguir estudando, tive que fazer um cursinho para passar na Medicina. [...], para ficar perto deles a gente decidiu financiar e pedir Prouni, [...]. Eu, quando me comparo com os alunos da Medicina que vieram das escolas particulares, percebo que, mesmo vindo de um Instituto Federal (rural), o meu ensino foi fraco, [...] eu percebo as minhas falhas e dificuldades, como com a língua inglesa. Por isso, sei que vou ter dificuldades no curso, pois tudo é em inglês, os nossos livros são em inglês [...]. Sim, existe muito preconceito no meu curso, é o lado ruim que a gente enfrenta, pois tem muitos estudantes de classe alta, [...], que discriminam e isolam os de classe média ou pobre. Na verdade, isso não me incomoda, pois eu só me envolvo com as pessoas mais humildes do curso, [...]”

Juraci, 21 anos, negro, estudante de Medicina da UNISC. É filho único e mora com os pais; renda familiar de 4 a 5 SM; não trabalha; concluiu o ensino médio em 2013 e, após fazer um cursinho popular, ingressou na universidade em 2016 sem auxílio de cotas ou financiamento estudantil; não é estagiário nem bolsista de IC e se dedica integralmente aos estudos.

“[...] Meu ensino fundamental foi numa escola pública estadual, mas [...] com muitos problemas na parte estrutural. Os professores davam boas aulas, mas a falta de interesse da turma fazia com que o trabalho deles não desse bons resultados [...]. [...] desde pequeno eu sempre me destaquei e sempre tirei as melhores notas. [...] Na escola, por ser negro, eu sofri *bullying* e algumas agressões, principalmente dos professores. Tive uma professora do ensino médio que [...] me procurou para conversar e disse: “[...] você deveria mudar de opção porque o curso de Medicina não é para os negros... pense bem nisso!”. Mas eu tive o privilégio que muitos meninos do meu bairro não tiveram, nunca precisei trabalhar, sempre tive tempo para estudar em casa e acesso a todo tipo de material escolar e depois à internet. [...] Por ser filho único, os meus pais sempre me deram livros e estiveram presentes na minha educação. [...] meu pai sempre foi rígido com as notas e com o meu comportamento escolar; a minha mãe se preocupava com os livros, os brinquedos e as leituras. Me considero filho de uma família negra muito valorosa [...], mas são poucos os membros da minha família que conseguiram fazer um curso superior. [...] [...] até agora só as mulheres conseguiram se formar. Sabe, eu acredito que os estudantes que não tiveram um estudo qualificado ou a ajuda da família não conseguem perseverar na Medicina, pois a rotina escolar e as notas influenciam muito o nosso emocional. Aqui o estudante, para se dar bem, precisa do complemento dos

livros e de uma leitura mais qualificada [...]. Sim, para mim tudo fica mais fácil porque eu tenho a ajuda de um tio “rico” que contribui com as mensalidades. [...] na verdade, eu considero a Medicina um curso elitizado que repele os estudantes pobres e os negros.”

Em relação à UNISC, os dois estudantes selecionados aproximam-se quanto à sua origem econômica, mas se distanciam quanto à composição familiar, às experiências de socialização e à vivência escolar. Liz, filha de agricultores, e Juraci, filho de trabalhadores urbanos, são, ambos, focados no bom desempenho acadêmico, tornando-se conseqüentemente, bem-sucedidos e integrados ao contexto escolar. No entanto, não tiveram a mesma experiência na infância em relação ao letramento, às brincadeiras e ao envolvimento familiar com a vida escolar. Assim, a passagem para a universidade não se tornou um peso para eles, pelo contrário, compreendem bem a importância de sua formação para os pais e para a comunidade de origem. Dessa maneira, Liz, a mais cobrada pela família, busca corresponder às pretensões materiais do grupo, esperando superar os problemas relativos à formação escolar, elementos que, segundo ela, dificultam sua relação com professores e com os colegas do curso. Juraci, por sua vez, durante a infância pôde contar com o suporte escolar, apoio e a mesma cobrança em relação às notas; no entanto, teve mais liberdade para fazer as escolhas, em função da confiança estabelecida com os pais, sendo esse um importante reforço.

Nesse sentido, a longevidade escolar alcançada pelos nossos entrevistados, bem como as marcas e distinções obtidas no período da infância e depois na adolescência revelam que os estudantes oriundos de escola pública, em grande parte de baixa renda ou de origem popular, considerados de sucesso escolar, *puderam* e *souberam* aproveitar as oportunidades ou, mesmo talvez, como apontam estudos em outros contextos, “jogam com a hierarquia e se recusam, com frequência, a serem deixados de lado” (CAYOUILLE-REMBLIÈRE; SAINT POL, 2013, p. 77)⁹.

Desdobramentos da análise e últimas considerações

Por conta das especificidades do objeto pesquisado, consideramos que o sucesso escolar, nos casos observados, deriva de um modelo exitoso constituído por famílias que investem financeira e/ou afetivamente nos filhos, bem como por estudantes autodeterminados, que aderem aos valores familiares e, por conseguinte, escolares. Desmistifica-se assim, a ideia

⁹ Tradução do autor a partir do trecho original em francês: « [...] le processus d'accrochage scolaire mis en évidence tout comme les possibilités de distinction au sein de la voie professionnelle étudiées rappellent que les élèves jouent avec les hiérarchies et se refusent souvent à la relégation. »

de que os pais (ou familiares) das classes desprestigiadas são menos sensíveis e com menor participação nas decisões dos filhos, bem como a crença de que somente os pais (familiares) escolarizados e socioeconomicamente favorecidos investem na escolaridade dos filhos, seja financiando-os seja na relação de cobrança afetiva que estabelecem com sua formação escolar/profissional.

Independentemente da organização do grupo (seus encaixes), suas relações ou estilos, encontramos na nossa amostra uma atitude positiva – ou *disposição*, conforme termo de Lahire (2019) – para com a escola, os professores, os conteúdos, a cultura etc. Há, em outras palavras, a aceitação das regras do jogo: assim, os pais e/ou familiares se comprometem com o projeto escolar e os filhos se comportam de acordo com os valores dominantes na escola e na universidade, aderindo, ambos, quando não às identidades, aos projetos ali valorizados por acreditarem que isso garantirá uma situação socioeconômica mais confortável e/ou o reconhecimento social (nos casos em que as famílias já contam com certa estabilidade econômica). Esses estudantes de sucesso são, portanto, bastante diferentes do que esperávamos encontrar, pois a maioria deles advém de famílias motivadoras, “arquitetas”, que, mesmo sem os capitais necessários, se identificam com o conhecimento e o saber-fazer, sustentando um projeto familiar que tem na educação a condição *sine qua non* para a mobilidade social e profissional dos filhos.

Os indícios que obtivemos nos levam a crer que o êxito escolar diz respeito também à maneira como os estudantes individualmente conseguem organizar suas disposições no período da infância e como isso, somado às experiências pessoais adquiridas nas interações com o exterior (a escola, a vizinhança, relações afetivas, etc.), os fazem adquirir uma estrutura mental resiliente (AGUIAR NETO, 2020), cujo objetivismo lhes permite romper com os sentimentos de exclusão e vulnerabilidade social, transformando essas estruturas incorporadas em um capital subjetivo que os ajuda a transpor a fronteira invisível que os separa dos estudantes das outras classes.

Sobre os casos levantados nos *quadros sinóticos*, vemos que esses estudantes constituem casos de exceção ou, simplesmente, *de sucesso*, tendo em vista que não apenas enfrentam uma condição socioeconômica de desvantagem, mas ainda não superam os pais profissional e, provavelmente, culturalmente. Na verdade, esse sucesso escolar deve ser considerado relativamente ao ensino médio, pois, ao entrarem no ensino superior, foram um pouco além de seus progenitores. Ainda não são, no entanto, estudantes que configuram casos

de *transfuga social*¹⁰, ou seja, aqueles indivíduos que tendem a alcançar uma consciência mais qualificada e um *status* social e profissional superior a de seus pais e mães, uma vez que ainda se encontram na situação de universitários, sem ter sua carreira e profissão definidas ou confirmadas.

Dessa maneira, é importante frisar que sua conquista, mesmo que nem sempre reconheçam, também é fruto de políticas públicas de reversão da distribuição desigual das oportunidades escolares que, ainda que deficitárias e nem sempre efetivas, quando postas em prática, democratizaram o ensino superior brasileiro ao favorecer a entrada de estudantes de baixa renda na universidade e em cursos de prestígio. Afinal, esses estudantes vindos de meios populares e da escola pública puderam contar, durante os governos progressistas, com as cotas, no caso da universidade pública, e com o financiamento estudantil, no caso da universidade comunitária (paga).

Por outro lado, para ser inclusiva, de modo a responder democraticamente à pluralidade de nossos contextos humanos e socioeconômicos, a Educação não pode ser deixada à margem dos discursos políticos, nem depender de períodos específicos de investimento e da boa vontade dos governos desenvolvimentistas; deve ser prioridade de um estado nacional interessado em romper com a reprodução das desigualdades educacionais que provocam e agravam as desigualdades sociais e culturais. Infelizmente, nos distanciamos desse projeto de educação no governo de Jair Bolsonaro (2019-), passando a viver um verdadeiro “apagão” nesta e em outras áreas, cujos efeitos de retrocesso vêm a galope, provavelmente interrompendo os projetos pessoais e familiares dos estudantes que participaram deste estudo.

Por tudo isso, consideramos que as trajetórias escolares de crianças e jovens da escola pública, sobretudo as de família de baixa renda, constituem um problema sensível, o que demanda do pesquisador uma postura de aderência, ou seja, de se deixar ser afetado pelo objeto, de modo que seu engajamento impulse a superação. Nesse caso, ganharia a instituição de ensino superior e a sociedade como um todo se tal postura fosse adotada não apenas pelo pesquisador de campo, mas pelos profissionais da educação, de modo a também, de dentro da instituição escolar e universitária, produzirem transformação social. Mas mesmo

¹⁰ Termo empregado por Bernard Lahire na entrevista com Gabriel Kessler in Diálogos Transatlânticos. Fonte: Rede Pública de Televisão Argentina, Canal Encuentro - 12/12/2016. Disponível em: Youtube, <https://www.youtube.com/watch?v=TZ6AuYTHUIk>. Acesso em: 25 fev. 2018.

essa possibilidade precisa, neste momento de crise institucional e de descontrole da Covid19, ser reconquistada.

Referências

AGUIAR NETO, Jorge Morgan de. **Da escola Pública à Universidade: trajetórias de sucesso escolar**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegres, RS, 2019a. Disponível em:

<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8875>. Acesso em: 27 fev. 2021.

_____. Trajetória escolar entre estudantes da escola pública na universidade: um problema sensível?, **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial, n. 54, p. 94-111, jul./dez., 2019b. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/14595/8514>. Acesso em: 01 fev. 2021.

_____. Sucesso escolar e desigualdade social: o poder do capital subjetivo. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 32, p. 65–88, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.32387>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília (DF): Ed. Fonaprace, 2018.

BARROS, Aparecida S. X.; Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Educação e Sociologia**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, Rio de Janeiro, mai/ago, 2017.

BATISTA, Nicole Maciel Lacerda. **Trajetórias de sucesso escolar dos jovens oriundos de escolas públicas no ensino superior**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8485>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BOUILLON, Florence et al. (Org.). **Terrains sensibles: expériences actuelles de l'anthropologie**. Centre d'études africaines: EHESS, 2006.

BRASIL, ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020 – Todos pela Educação. Brasília: Moderna, 2020. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2018 – (DEEP): Principais Resultados**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2017 – (DEEP): Principais Resultados**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2018.

_____. **Censo da Educação Superior 2016 – (DEEP): Principais Resultados**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2017.

CARVALHO, Márcia, Marques; WALTENBERG, Fábio. Desigualdade de oportunidades ao acesso superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo (SP), v. 19, n. 02, p. 369-396, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/bpG35RG3mzSsZ77QrJkFhgB/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. **Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação**. Brasília (DF): INEP, 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/532236. Acesso em: 10 fev. 2021.

CASTRO, Vanessa Gomes; TAVARES JUNIOR, Fernando. Jovens em contextos sociais desfavoráveis e sucesso escolar no ensino médio. **Revista Educação e Realidade**, n. 01, v. 41, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/56080>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAYOUILLE-REMBLIÈRE, Joanie; SAINT POL, Thibaut. Le sinueux chemin vers le baccalauréat: entre redoublement et décrochage scolaire. **Revue Economie et Statistique**, n. 459, p. 59-88, Année, 2013.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Brasília (DF): IPEA, 2014.

LAHIRE, Bernard. **Enfances de Classes de l'inegalites parmi les enfants**. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

_____. **O homem plural – Os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. Tradutores: Ramon Américo Vasques e Sônia Goldefefer, São Paulo: Ática, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas Educacionais do Governo Lula: rupturas e permanências. **Revista RBPAE**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol25n22009.19491>. Acesso em: 07 fev. 2021.

RIBEIRO, C. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 79-108.

SALATA, André Ricardo. Ensino Superior no Brasil das últimas Décadas: Redução das Desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SILVA, Jailson de Souza. **“Por que uns e não outros?”** Caminhada de estudantes da Maré para a universidade. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo:** a política do “nós” e “eles”. 1. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

VULBEAU, Alain. L’approche sensible des quartiers “sensibles” – une posture de proximité, **Revue Informations Sociales**, n. 141, jul. 2007.

Recebido em: 17 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 13 de maio de 2021.